



A C Ç Ã O S O C I A L I S T A



LEGISLATIVAS 2011

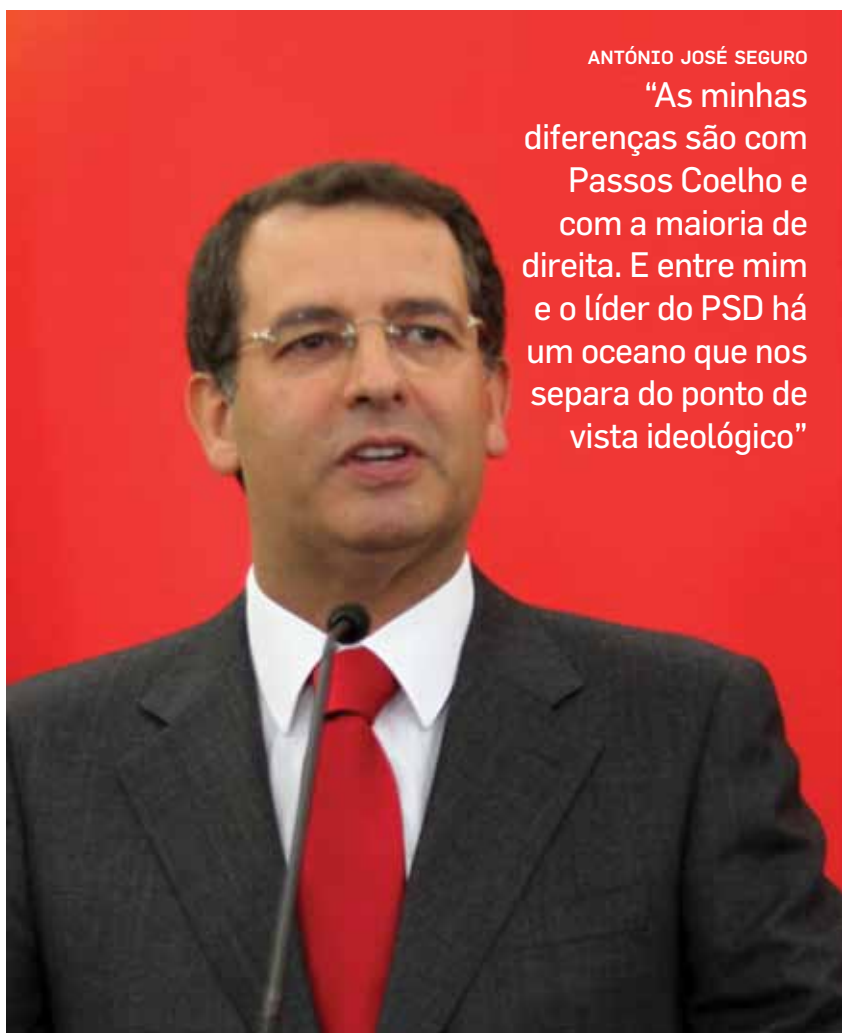
DECLARAÇÃO DE JOSÉ SÓCRATES NA NOITE ELEITORAL // PÁG. 6

OPINIÃO

CARLOS ZORRINHO // CATARINA MARCELINO // JOSÉ MANUEL DOS SANTOS

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

“As minhas diferenças são com Passos Coelho e com a maioria de direita. E entre mim e o líder do PSD há um oceano que nos separa do ponto de vista ideológico”



FRANCISCO ASSIS

“O PS nunca poderá aceitar uma revisão constitucional nos termos preconizados, no ano passado, pelo PSD”



ELEIÇÕES PS

// PÁGS. 4 a 7

CONGRESSO

**Suplemento
com moções
globais**

LEGISLATIVAS 2011

Resultados e lista de deputados eleitos

// PÁG. 10



AR chumba Nobre e elege Assunção Esteves para presidente

Não por uma mas por duas vezes a maioria dos deputados rejeitaram por voto secreto o nome do independente Fernando Nobre para o cargo de presidente da Assembleia da República, algo que sucedeu pela primeira vez em 35 anos na vida do Parlamento.

Esta derrota gelou a bancada laranja e terá constituído um

primeiro momento de tensão entre a nova maioria de direita, com o candidato indicado pelo PSD a obter 106 votos na primeira votação e apenas 105 na segunda, quando necessitava de recolher 116 votos favoráveis para garantir a sua eleição. Nobre não chegou sequer a recolher o pleno de votos da bancada do PSD, que conta



com 108 deputados.

O desaire obrigou o maior partido da coligação de direita a avançar com um segundo nome, tendo a escolha recaído na ex-juíza do Tribunal Constitucional e ex-deputada Assunção Esteves, que levou Maria de Belém a realçar a “experiência jurídica e filosófica” da ex-presidente da Comissão parlamentar de

Assuntos Constitucionais, sublinhando ainda a nova líder parlamentar do PS tratar-se da primeira vez que uma mulher vai presidir a este órgão de soberania.

Assunção Esteves foi eleita com 186 votos favoráveis, tendo-se registado 41 votos em branco e dois nulos, num total de 229 votos expressos. ■ R.S.A.

Governo toma posse com sinais de divisão

São algumas e acentuadas as divergências entre os dois parceiros da coligação de direita. O chumbo infligido pela maioria dos deputados, CDS incluído, à eleição de Fernando Nobre para presidente da Assembleia da República, certamente que poderá a breve trecho trazer consequências para o desenrolar das relações entre os dois partidos de direita. Um cenário que, a repetir-se, poderá conduzir a opinião pública a questionar-se quanto à verdadeira dimensão do sucesso ou insucesso desta aliança. Durante a campanha eleitoral foram, aliás, patentes algumas discrepâncias entre

os dois partidos, com Paulo Portas a criticar a “fúria privatizadora” do partido laranja e a enaltecer a “relevante importância” de alguns serviços do Estado, aconselhando o então putativo aliado governamental a olhar para estes e outros sectores públicos “com cuidado”. Importa contudo verificar se os alertas que o CDS lançou foram ou não genuínos ou, pelo contrário, não passaram de fogachos eleitoralistas. Passo Coelho defende a redução da Taxa Social Única (TSU), compensando as perdas de receita com uma reestruturação da tabela do

IVA. Já o CDS mostrou, por seu lado, sobre esta matéria ter algum desconforto, salientando que o aumento da taxa sobre o consumo poderá não ser suficiente para reequilibrar a descida da TSU, anunciando que se oporia a que a taxa superior do IVA fosse aumentada. O PSD admite, por outro lado, a privatização de uma parte do capital da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Já o CDS discorda desta medida, contrapondo uma reforma da instituição, mas apostando na manutenção do banco na esfera pública. Para o PSD, o país deve avançar para a fusão das freguesias nas áreas urbanas, man-

tendo o número de municípios, enquanto Paulo Porta, pelo contrário, não discordando de uma agregação de juntas, prefere manter os actuais limites territoriais das freguesias. O CDS quer generalizar o uso dos medicamentos genéricos por princípio activo. Passos, por seu lado, limita-se a defender que os médicos devem recorrer com mais frequência à prescrição de genéricos. O PSD quer privatizar um dos canais da RTP. O CDS discorda, preferindo mantê-lo no sector do Estado, alegando a “defesa da língua e de política externa cultural”. A questão do TGV é outra

das matérias que divide os dois partidos, com o PSD a apostar na concretização do projecto Lisboa-Madrid, com o argumento de existirem já acordos estabelecidos com o Governo espanhol e com a União Europeia, enquanto Paulo Portas quer a suspensão do projecto. Também em matéria de redução de funcionários públicos as propostas são diferentes, com o PSD a defender a regra em vigor de apenas contratar um funcionário por cada dois que saiam, enquanto para o CDS o Estado deve apresentar um plano plurianual de rescisões amigáveis acompanhadas de “indenizações atractivas”. ■ R.S.A.



Ferro Rodrigues eleito vice-presidente do Parlamento

Os vice-presidentes, secretários da mesa da Assembleia da República e vice-secretários foram a votos no passado dia 21 de Junho. Neste sufrágio, em que participaram 224 dos 230 de-

putados, o candidato do PS a vice-presidente do Parlamento, Eduardo Ferro Rodrigues, reuniu 158 votos. A nossa camarada Rosa Albernaz foi eleita secretária da mesa.

Como vice-secretário da mesa foi igualmente eleito o camarada Nuno Sá. Quanto ao Conselho de Administração, foi ainda eleito como membro efectivo o deputado do PS José Lello. ■



Socialistas da Madeira contra obras faraónicas na baía do Funchal

“A Lei de Meios não permite financiar obras novas”, salientou o líder do PS/Madeira, Jacinto Serrão, a propósito da pretensão do Governo Regional em gastar mais de 60 milhões de euros na construção de um novo porto e numa nova marina na baía do Funchal. Um empreendimento que, segundo Jacinto Serrão, “não só não dá garantias de segurança às pessoas como qualquer tipo de operacionalidade ao porto”. A alternativa, como aliás está estabelecido na lei, salienta, é utilizar esse di-

neiro na ajuda às pessoas que foram vítimas da tragédia e que perderam as suas casas, terrenos e outros bens na tragédia de 20 de Fevereiro, e que “aguardam ainda pelos apoios devidos”. O líder do PS/Madeira exige por isso que o Governo Regional não desvie esse dinheiro para satisfazer “os apetites e interesses de natureza particular” dos que querem construir sem qualquer critério sério novos equipamentos, mesmo que à custa de operacionalidade do porto ou contribuam para a

descharacterização da baía do Funchal. Serrão referia-se ao destino que o Governo Regional quer dar ao aterro construído de forma provisória na sequência da tragédia de Fevereiro, chamando a atenção para a opinião da esmagadora maioria dos especialistas que têm alertado para as dinâmicas marítimas e para o depósito de materiais que ali se forma, na confluência das ribeiras, desaconselhando por isso qualquer tipo de construção que poderia colocar em perigo, “a segurança de pessoas e bens”. ■

Eleger um novo líder em Julho constituirá uma oportunidade para que se possa reflectir sobre que caminhos deve o PS apontar para poder estar em condições de devolver a Portugal um governo de esquerda.



EDITORIAL

Miguel Coelho

As eleições de 5 de Junho deram uma vitória clara ao PSD e como consequência originaram a demissão de José Sócrates da liderança do Partido Socialista.

Dessa noite fica-nos na memória a intervenção Sócrates, já considerado por muitos comentadores como o melhor discurso jamais promovido em Portugal numa noite eleitoral. Pela sua importância e pelo que representa enquanto legado político de um líder que conquistou para o PS a sua primeira maioria absoluta, que governou com um enorme ímpeto reformador e que combateu sem tréguas a maior crise financeira e económica internacional dos últimos cem anos, publicamo-lo, para memória futura, na íntegra.

A saída de José Sócrates abriu caminho para novas escolhas que os militantes do PS terão de fazer a curto prazo. Eleger um novo líder em Julho constituirá uma oportunidade para que se possa reflectir sobre que caminhos deve o PS apontar para poder estar em condições de devolver a Portugal um governo de esquerda.

Como é natural, o “AS” dedica grande parte desta edição às eleições internas do PS, muito particularmente à disputa pela liderança protagonizada por António José Seguro e Francisco Assis.

Com a entrevista aos dois candidatos que publicamos nesta edição esperamos poder contribuir para que cada um dos leitores do “Acção Socialista” possa melhor destringir o que os une e o que os diferencia, ajudando-os assim a uma opção, necessariamente consciente.

Portugal atravessa tempos muito difíceis. Aos efeitos já muito perniciosos da crise internacional, somam-se os efeitos provocados por esta crise política artificial criada pela direita que, como se demonstrou ao longo da campanha eleitoral, apenas visava a ocupação do poder.

Portugal tem, pois, um governo de direita, disponível para ir muito mais longe em matéria de medidas de conteúdo neoliberal do que o acordo com a “troika” impunha. Estamos certos de que a próxima liderança do PS, independentemente do secretário-geral eleito, saberá opor-se com determinação ao desvario pré-anunciado pelos partidos de direita que agora ocupam o poder.

Aqui, no “AS”, continuaremos sempre disponíveis para contribuir para o envolvimento dos militantes do PS neste imperativo nacional. ■



António José Seguro responde ao "AS"

Quais foram as principais razões para o resultado eleitoral do PS nas eleições do passado dia 5 de Junho?

Quando se perdem eleições não há apenas uma razão. Cada um de nós terá a sua avaliação. O mais indicado é fazermos todos, de uma forma responsável, essa reflexão. E, de certo modo, ela está a ser feita no interior do nosso PS. Uma reflexão que procure os erros para não os voltarmos a cometer no futuro. O PS aprende com os seus próprios erros. Este é o tempo de olharmos para o futuro e de o construirmos com responsabilidade e com ambição.

De que forma é que o acordo com a "troika" diminui, como dizem alguns comentadores, a capacidade de oposição do PS ao novo Governo da direita?

O PS é o principal partido da oposição por vontade dos portugueses. O PS não se sente diminuído na sua acção política. Bem pelo contrário, o PS será oposição em toda

a sua plenitude. Uma oposição construtiva e positiva. Honraremos os compromissos assumidos, como partido responsável que somos, e afirmaremos as nossas propostas alternativas ao Governo de direita, de modo construtivo, e de acordo com a nossa Declaração de Princípios. Comigo, na liderança do PS, a maioria de direita não contará connosco para aplicar a sua agenda liberal. Mais. Terá a nossa firme oposição e daremos combate político em nome dos nossos valores. Há mais vida política para além do memorando.

Será possível que as orientações definidas no memorando com a "troika" se venham a manifestar tecnicamente inadequadas?

Para mim, a questão política é que é relevante. As questões técnicas não podem sobrepor-se às questões políticas. Estou certo de que os negociadores agiram de acordo com este princípio e que acautelaram as condições de equidade.

O acordo celebrado entre o PSD e o CDS prevê uma significativa revisão constitucional. Em sua opinião, como se deve posicionar o PS nesta questão?

Apresentando a nossa própria proposta de acordo com os nossos valores e com a nossa ideia de Portugal. O PS apresentará o seu próprio projecto, rigorosamente de acordo com a sua Declaração de Princípios, e com um renovado olhar sobre a organização do Estado e os seus sistemas político, judicial e económico. No quadro de uma relação sadia, e com espírito de negociação, olharemos para o mérito das propostas e não para o autor da iniciativa. O PS existe para partilhar uma ideia de sociedade que acreditamos ser a que melhor serve os portugueses. E isso não é negociável.

Indique três causas, em seu entender prioritárias, para serem definidas pelo PS nos próximos anos.

Terão que ser causas em nome das pessoas e mobilizado-

ras da sua esperança num futuro melhor: a criação de emprego e o aprofundamento da igualdade de oportunidades, em particular para os jovens; a credibilização da política e dos partidos para reforçar a relação de confiança democrática; a justiça, o combate à corrupção e a coesão social.

Defende um novo referendo sobre a regionalização? Em caso afirmativo, quando acha que a matéria deverá voltar a ser referendada?

Há um consenso político alargado relativamente à necessidade de novo referendo para que a regionalização avance. Não há razões suficientemente fortes que justifiquem quebrar esse consenso. Mas acho que o país se deve concentrar, nos próximos anos, em construir uma trajectória sustentável de crescimento económico. Isso não impede, contudo, que se combata o excessivo, ultrapassado e histórico centralismo do país através de uma progressiva descentralização de competências e

de meios para os vários níveis da governação.

Faz sentido a criação de um governo-sombra por parte do PS, como principal partido de oposição, como aliás sucede em alguns países?

Eu coloco as ideias e os programas políticos à frente dos protagonistas. Os protagonistas devem defender e executar as propostas do PS. Mais do que personalizar políticas devemos construir políticas para os portugueses. O Gabinete de Estudos, que se passará a chamar Laboratório de Ideias, será reactivado e trabalhará intensamente na construção do projecto alternativo ao actual Governo de direita. Todos terão oportunidade para trabalhar em torno de ideias e, naturalmente, todos os militantes terão condições para ser porta-vozes das propostas políticas que consolidarmos. É prioritário iniciar esse processo que, ao lado de milhares de militantes, projectamos como O Novo Ciclo. Sem descuidar o intenso



As minhas diferenças são com Pedro Passos Coelho e com a maioria de direita. E entre mim e o líder do PSD há um oceano que nos separa do ponto de vista ideológico.

Cada militante tem a sua opinião e cada opinião deve ter a oportunidade de ser escutada e debatida. Um partido que vá ao encontro das pessoas, que as saiba ouvir, é a minha exigência. Sempre acreditei na política feita com as pessoas e para as pessoas.

O objectivo é ganhar as próximas eleições autárquicas. Para tal, quero ter o processo autárquico concluído [candidatos escolhidos] até ao final de 2012.

e permanente combate político no Parlamento e a preparação dos desafios eleitorais na Madeira e das Autárquicas, os primeiros passos para a constituição dessa alternativa são no interior do PS. Com e para os militantes.

Em Portugal, a renegociação da dívida é, no seu entender, uma possibilidade?
Sou contra a reestruturação da dívida, porque seria uma tragédia nacional. Portugal necessita de cumprir com os seus compromissos interna-

cionais. É a nossa credibilidade que está em causa. Se o fizéssemos enviaríamos uma mensagem aos mercados, com muitas consequências negativas para todos nós. Não podemos dar ideia de hesitação ou de facilitismo.

A hipótese da saída da Grécia do euro constitui uma ameaça real para a Europa e para Portugal?

Seria, em primeiro lugar, trágico para o povo grego, diminuído o valor dos seus activos e aumentando o valor da sua dívida. A Europa que eu defendo deve fazer tudo para evitar tal situação. É difícil prever, no caso de saída, os danos que seriam causados no nosso país. Não obstante, ficaríamos mais expostos e mais vulneráveis perante os mercados financeiros. Urge articular as respostas contra a crise com as reformas de futuro que necessitamos. A criação de um instrumento de emissão conjunta de dívida pública (eurobonds) permitiria uma nova relação com os mercados financeiros, proporcionando taxas de juro mais razoáveis. Por outro lado, este instrumento deveria articular-se com investimento de qualidade e dependente do cumprimento das metas de consolidação orçamental contratadas. Mais responsabilidade.

Face à actual situação económica, social e política da Europa, como avalia e perspectiva a actividade da Internacional Socialista e do Partido Socialista Europeu?

Muito aquém do desejado. Reconheço algum trabalho de reflexão no quadro europeu (nomeadamente as contribuições de Jacques Delors, Felipe González, Giuliano Amato e Mário Soares) mas ainda com uma insuficiente ligação à acção política quotidiana dos nossos Partidos. Se vier a ser, como espero, secretário-geral do Partido Socialista, uma das minhas primeiras acções será escrever aos demais líderes socialistas dos países da União Europeia propondo uma reflexão e acção conjuntas com vista à saída da presente crise, nomeadamente a

definição de medidas concretas para o reforço do governo político e económico no seio da União Europeia. Nos momentos de crise exige-se determinação e imaginação redobradas. Chegou a altura da família socialista europeia assumir um compromisso forte dando a máxima prioridade ao crescimento económico e ao emprego.

Neste momento existem apenas dois governos socialistas em toda a União Europeia. Em que medida esta realidade influencia as políticas europeias?

Influencia muito. Não só essa esmagadora maioria de governos mas todas as instituições europeias são da responsabilidade da direita europeia. E há muitos anos. Os centros de decisão são liderados por pessoas que têm um pensamento político e social rendido ao egoísmo e distante da nossa visão inclusiva da sociedade. Os partidos socialistas europeus têm enormes desafios e, neste momento, os principais aliados para alterar as políticas europeias são a sociedade, os europeus. Neste aspecto há uma mudança a fazer: dar mais relevo aos movimentos sociais, libertar a sociedade civil para que, através das suas iniciativas, possam condicionar os centros de decisão. Porque também lhe quero dizer: em democracia são os cidadãos que escolhem quem governa e se os europeus estão a escolher a direita, a responsabilidade não é dos europeus mas da incapacidade da esquerda em construir compromissos renovados que reconquistem a confiança dos povos e que os mobilizem na construção de mais e melhor Europa, tal como a entendemos.

Vinte e cinco anos depois da adesão à Europa, que balanço faz?

Faço um balanço claramente positivo. É inquestionável a importância que teve na melhoria de vida de muitos portugueses. Também neste processo, os socialistas, em particular Mário Soares, tiveram um papel determinante de que nos devemos orgulhar.

Mas quero sobretudo olhar para o futuro da nossa integração na União. Não vou desistir da Europa. Quero o PS na primeira linha desse combate político.

A questão da abertura dos partidos à sociedade tem sido uma questão recorrente. Como avalia o PS nesta questão? Se considerar insuficiente essa avaliação, que medidas pensa apresentar?

São conhecidas as minhas posições sobre o sistema partidário. Precisamos de novas atitudes e de novos métodos de trabalho. Um PS atractivo à inteligência e ao melhor que existe na sociedade. Vou lançar um amplo debate (iniciado a 10 de Setembro e concluído a 31 de Março de 2012) no interior da família socialista para modernizarmos o nosso PS, melhorar e aprofundar os espaços de participação dos militantes, com mais debate político e com mais opinião. Cada militante tem a sua opinião e cada opinião deve ter a oportunidade de ser escutada e debatida. Um partido que vá ao encontro das pessoas, que as saiba ouvir, é a minha exigência. Sempre acreditei na política feita com as pessoas e para as pessoas e é isso que vou concretizar com o apoio e o envolvimento de todos os socialistas. Lançarei esse debate já no próximo Congresso e quero concluí-lo até ao dia 31 de Março de 2012. Teremos um PS à altura do novo ciclo e do século XXI. Acredito que faremos do PS numa referência internacional em matéria de participação dos seus militantes e de abertura à sociedade.

As eleições autárquicas são já daqui a ano e meio. Como pensa preparar o PS para esse combate?

O objectivo é ganhar as próximas eleições autárquicas. Para tal, quero ter o processo autárquico concluído (candidatos escolhidos) até ao final de 2012. Quero entrar no novo ano das eleições autárquicas com o PS totalmente preparado e mobilizado para vencer uma batalha muito im- CONTINUA NA PÁG. 14 →



Francisco Assis responde ao “AS”

Quais foram as principais razões para o resultado eleitoral do PS nas eleições do passado dia 5 de Junho?

O PS teve que tomar, nos últimos dois anos, medidas particularmente difíceis e potencialmente impopulares que geraram um sentimento de incompreensão por parte do eleitorado. Sobretudo, porque foram tomadas medidas aparentemente contraditórias, ainda que justificadas pelas circunstâncias, num período de tempo muito curto, sem que as pessoas percebessem exactamente o que estava a acontecer. Na minha opinião, houve uma certa perda de sentido da acção política do Partido Socialista que conduziu a que algumas parcelas significativas do eleitorado se afastassem do PS nas eleições. Aliás, e não por acaso, todos os partidos que governaram na Europa desde o eclodir da crise têm perdido eleições. O que não nos deve, de qualquer modo, demover de tentarmos perceber que erros foram cometidos pela governação do PS, e que te-

rão prejudicado a sua relação com eleitorado e que terão contribuído para a derrota eleitoral que sofremos.

De que forma é que o acordo com a “troika” diminui, como dizem alguns comentadores, a capacidade de oposição do PS ao novo governo da direita?

O Partido Socialista tem a obrigação de assegurar a concretização de todas as medidas relacionadas com o acordo alcançado com a “troika”. Nós temos que honrar os compromissos que nós próprios assumimos. Mas a acção governativa e acção parlamentar não se vão esgotar na aplicação do memorando. Há muitas outras áreas em que o Partido Socialista tem a obrigação de apresentar as suas próprias posições e de enunciar com clareza uma linha alternativa em relação ao actual Governo.

Será possível que as orientações definidas no memorando com a “troika” se venham a manifestar técnica-

mente inadequadas?

Creio que haverá certamente a capacidade de impedir que essas orientações venham a concretizar-se em soluções tecnicamente inadequadas. Estamos a falar de questões políticas e de questões legislativas nalguns casos, e teremos que encontrar as soluções que concretizem em toda a plenitude aquilo que consta desse acordo.

O acordo celebrado entre o PSD e o CDS prevê uma significativa revisão constitucional. Em sua opinião, como se deve posicionar o PS nesta questão?

O PS nunca poderá aceitar uma revisão constitucional nos termos preconizados, no ano passado, pelo PSD. O PSD apresentou uma proposta de revisão constitucional que consubstancia uma alteração profunda do nosso texto constitucional e nos afasta de uma matriz constitucional em que nos reconhecemos. E por isso nós não devemos ter qualquer tipo de abertura para a aprovar o projecto que

o PSD se propõe apresentar na Assembleia da República. Isso não quer dizer, contudo, que o Partido Socialista não deva equacionar a possibilidade de fazer uma revisão constitucional de acordo com as suas próprias linhas de orientação.

Indique três causas, em seu entender prioritárias, para serem definidas pelo PS nos próximos anos.

As nossas preocupações centrais têm que ver com três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, criar condições para que haja uma retoma da confiança das pessoas na vida política. Em segundo lugar, temos que criar condições para que, a prazo, se promova um crescimento sustentado da economia portuguesa. Em terceiro lugar, temos que garantir a salvaguarda dos aspectos fundamentais do nosso Estado Social, promovendo as reformas que se considerem indispensáveis para assegurar tal objectivo.

Defende um novo refe-

rendo sobre a regionalização? Em caso afirmativo, quando acha que a matéria deverá voltar a ser referendada?

No caso da regionalização, como sabemos, o referendo constitui mesmo um imperativo constitucional. O que significa que não haverá regionalização sem referendo. Teremos que criar as condições para que seja possível realizar o referendo no mais curto prazo de tempo possível. Tenho consciência que neste momento não é possível fazer o referendo, não há condições objectivamente favoráveis. Mas tudo depende da nossa acção e da nossa preocupação em criar essas mesmas condições.

Faz sentido a criação de um governo-sombra por parte do PS, como principal partido de oposição, como aliás sucede em alguns países?

Nós não temos a tradição da criação de governos-sombra, embora não exclua essa possibilidade. O que me parece



O Partido Socialista tem a obrigação de assegurar a concretização de todas as medidas relacionadas com o acordo alcançado com a "troika". [...] Mas a acção governativa e acção parlamentar não se vão esgotar na aplicação do memorando. Há muitas outras áreas em que o Partido Socialista tem a obrigação de apresentar as suas próprias posições...

O que me parece fundamental é que o Partido Socialista apresente aos portugueses, com clareza e frontalidade, soluções alternativas nas mais diversas áreas à acção que vai ser prosseguida pelo Governo da direita.

Há muitas autarquias deste país em que só com uma coligação com o PCP e com o Bloco de Esquerda é que nós estaremos em condições de disputar vitoriosamente o poder à direita.

fundamental é que o Partido Socialista apresente aos portugueses, com clareza e frontalidade, soluções alternativas nas mais diversas áreas à acção que vai ser prosseguida pelo Governo da direita. Se nós fizermos isso, estou convencido que teremos condições para suscitar de novo a confiança e adesão dos portugueses.

Em Portugal, a renegociação da dívida é, no seu entender, uma possibilidade?

Creio que neste momento não devemos falar da renegociação da dívida, devemos antes falar da necessidade de cumprirmos integralmente aquilo que nos propusemos concretizar. Por aí passa grande parte da credibilidade internacional do nosso País. E é nesse esforço que nos devemos concentrar.

A hipótese da saída da Grécia do euro constitui uma ameaça real para a Europa e para Portugal?

Uma hipotética saída da Grécia do euro constituiria uma verdadeira tragédia no plano europeu. Teria certamente consequências negativas para o projecto europeu, e por isso, para Portugal. A crise das dívidas soberanas não se trata apenas de uma ameaça ao euro. Trata-se de uma ameaça à essência da União Europeia, e como tal deve ser entendida pelos países europeus.

Face à actual situação económica, social e política da Europa, como avalia e perspectiva a actividade da Internacional Socialista e do Partido Socialista Europeu?

Eu creio que a Internacional Socialista, infelizmente, tem tido uma participação manifestamente insuficiente. Já no caso do Partido Socialista Europeu, tem procurado dar respostas, ainda que ténues, a alguns dos principais problemas que se colocam no espaço europeu. Mas é evidente que é preciso ir mais longe. É preciso construir um verdadeiro projecto alternativo de esquerda democrática no plano europeu e o Partido Socialista tem que ter

um papel na elaboração desse projecto.

Neste momento existem apenas dois governos socialistas em toda a União Europeia. Em que medida esta realidade influencia as políticas europeias?

Como é óbvio, esta situação prejudica fortemente a realidade europeia. A predominância ideológica e política dos liberais e dos conservadores na Europa conduz a que a Europa se oriente num sentido contrário ao que nos parecem ser os interesses dos povos europeus. Temos, por isso, que criar também as condições para que haja de novo uma vitória dos socialistas na Europa. Importa lembrar que os conservadores e os liberais começaram por ganhar há 10 ou 15 anos atrás, no domínio do combate das ideias e só depois ganharam no plano político. Temos que retomar a liderança no plano das ideias para depois ganharmos também no plano político.

Vinte e cinco anos depois da adesão à Europa, que balanço faz?

Faço, evidentemente, um balanço positivo. A nossa adesão à Europa significou uma opção civilizacional e política. Mais até do que uma opção económica. E por isso mesmo, 25 anos depois poderemos dizer que somos uma sólida democracia parlamentar, uma sociedade moderna e aberta aos grandes valores que inspiraram a Europa desde a modernidade até hoje. Quanto ao resto também evoluímos. A nossa sociedade transformou-se, a nossa economia modernizou-se. O país é hoje diferente e melhor, em grande parte devido à Europa.

A questão da abertura dos partidos à sociedade tem sido uma questão recorrente. Como avalia o PS nesta questão? Se considerar insuficiente essa avaliação, que medidas pensa apresentar?

Eu entendo que os partidos têm hoje de ter a preocupação de se abrirem mais à sociedade. Pela minha parte

apresento uma proposta concreta, que consta da nossa moção, e que vai no sentido da introdução de eleições primárias abertas à participação de cidadãos não militantes na escolha dos nossos candidatos. Numa primeira fase às câmaras municipais e posteriormente a outros níveis de poder político. Julgo que é esta a forma de vencermos o muro que, infelizmente, separa os partidos da sociedade. Os partidos não podem viver auto-referenciados sobre si próprios. Têm que ser instâncias de representação abertas à participação activa dos cidadãos. E esta é uma forma concreta, objectiva e clara de os cidadãos poderem participar na vida política a nível partidário.

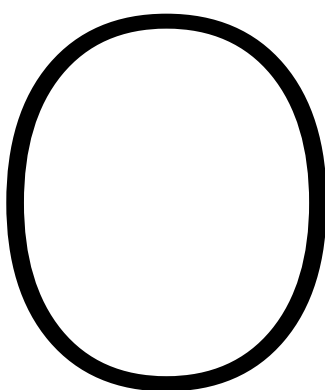
As eleições autárquicas são já daqui a ano e meio. Como pensa preparar o PS para esse combate?

Penso que esse é o combate imediato e mais importante que o Partido Socialista vai ter e nesse sentido criarei, no âmbito do secretariado nacional, um grupo específico liderado pelo secretário nacional para as Autarquias com a incumbência de preparar, de imediato, as eleições autárquicas. Preparar um programa autárquico para o PS. Definir uma linha de orientação programática que identifique as nossas candidaturas em todo o país. Atender a todas as situações caso a caso. Remover a dificuldade actualmente existente que impede coligações à esquerda a nível das autarquias locais, porque há muitas autarquias deste país em que só com uma coligação com o PCP e com o Bloco de Esquerda é que nós estaremos em condições de disputar vitoriosamente o poder à direita. Todas estas são opções de fundo e são opções que nós vamos concretizar a partir da nossa eleição.

Ainda sobre as autárquicas, seremos confrontados com um vasto processo de substituição de autarcas que por via da limitação de mandatos já não se podem candidatar? Concorda com a actual lei



Declaração de José Sócrates na noite das eleições



discurso de José Sócrates na noite de 5 de Junho foi um testemunho de grandeza e dignidade.

O respeito pela vontade popular, o cumprimento dos vencedores e a afirmação de confiança em Portugal e no seu futuro estiveram em paralelo com a defesa dos valores do Partido Socialista e do seu papel presente e futuro ao serviço dos portugueses.

O tempo, como afirmou José Sócrates, é sempre o melhor juiz da obra realizada e, por

isso, é cedo para fazer um balanço sério e aprofundado dos últimos seis anos de governação, na certeza de que o PS não deve recear o julgamento da História.

Por detrás de uma imensidão de pequenos factos, de muitas especulações e da espuma do tempo, poderão ter sido deixadas sementes estruturais, que venham a merecer um lugar destacado nos livros de História do futuro.

O aprofundamento dos direitos cívicos e a luta pela igual-

dade, a batalha da qualificação, a abertura de Portugal ao exterior, a aposta nas novas tecnologias de informação, as energias renováveis, a defesa do Estado Social, são algumas das áreas em que os governos de José Sócrates conseguiram, no meio de um terrível vendaval da economia internacional, marcar de forma indelével a realidade nacional.

Num mundo incerto e em mudança, os governos de José Sócrates apostaram na ino-

vação e na criação das bases económicas, sociais e culturais de uma “nova” sociedade. É este gesto de ruptura com o atraso, a ignorância, a mediocridade e a pequenez que a História poderá vir a julgar favoravelmente.

Este discurso de José Sócrates passa, por tudo isto, a integrar o património imaterial do nosso partido e será em qualquer circunstância um contributo essencial para a aprendizagem e formação dos mais novos. ■

1.

Nesta noite quero começar por saudar os portugueses. Todos os portugueses. Todos os portugueses onde quer que se encontrem e seja qual for a preferência política que manifestaram no dia de hoje. É em dia de eleições que as democracias e as nações se afirmam.

Pois neste dia – neste dia em que o povo democraticamente falou e fez a sua escolha – é isto que sinto e é isto que quero dizer aos portugueses: hoje, como sempre, acredito profundamente em Portugal e no seu futuro. Portugal é fruto da vontade dos portugueses. Portugal é uma nação antiga, forte e capaz, que nunca se vergou nem ao pessimismo, nem à descrença. Os portugueses sempre souberam ser senhores do seu próprio destino olhando para a frente com confiança e com ambição. É dessa confiança e ambição que precisamos, neste momento. É esse Portugal que quero saudar.

2.

A democracia cumpriu-se hoje, mais uma vez. O povo foi às urnas, o povo falou, o povo fez as suas escolhas políticas para a próxima legislatura. Quero por isso saudar, com respeito democrático, quem ganhou estas eleições: o PSD. Já tive ocasião de felicitar, pelo telefone, o dr. Pedro Passos Coelho e quero renovar essas felicitações aqui, publicamente. E peço aos socialistas que me acompanhem nesse cumprimento democrático a quem venceu as eleições.

O que desejo ao dr. Passos Coelho, com toda a sinceridade, é o melhor: que as coisas lhe corram bem na difícil tarefa que tem pela frente. Desejo-lhe, sinceramente, o que desejaria para mim próprio e para qualquer outro que os portugueses escolhessem para governar neste tempo de dificuldades: que encontre, no fundo de si mesmo, a sabedoria, a prudência, a coragem e o sentido da justiça para liderar este país.

Sempre o disse, e às vezes fui uma voz isolada a dizê-lo: os tempos que temos pela frente exigem sentido das responsabilidades e espírito de compromisso. Nunca precisámos tanto de diálogo, de entendimento e de concertação como agora. E isso não muda com o resultado das eleições. Reafirmo, assim, diante do país, a disponibilidade do Partido Socialista para o diálogo e para os entendimentos que, em coerência com o seu projecto, sejam necessários para que o país possa superar esta crise que atravessamos. Os votos do Partido Socialista estarão sempre ao serviço de Portugal.

Agora como sempre, o Partido Socialista será fiel aos seus valores, aos seus compromissos e ao seu programa. E provará que também na oposição é possível fazer muito para defender Portugal e construir o futuro.

3.

O Partido Socialista, todos o sabem, disputou estas eleições em circunstâncias nacionais e internacionais extraordinariamente difíceis.

Os resultados são o que são: o Partido Socialista perdeu estas eleições. Mas é preciso que se diga: nas actuais circunstâncias, o PS teve um resultado que dignifica o Partido Socialista e o seu papel na história da democracia em Portugal.

Mas não me escondo atrás das circunstâncias. Esta derrota eleitoral é minha e assumo-a por inteiro esta noite.

Entendo, por isso, que é chegado o momento de abrir um novo ciclo político na liderança no Partido Socialista. Um novo ciclo político que seja capaz de cumprir aquele que é, a partir de hoje, o dever primeiro do Partido Socialista: preparar uma alternativa consistente, credível e mobilizadora para voltar a governar Portugal.

Já pedi ao presidente do Partido Socialista, o nosso bom amigo e camarada Almeida Santos, para convocar para os próximos dias a Comissão Nacional do PS, de modo a marcar um Congresso Extraordinário e a desencadear, tão depressa quanto possível, o processo para a eleição de uma nova liderança e de uma nova direcção para o Partido Socialista.

Pela minha parte, encerro hoje mais uma etapa de um longo percurso de 23 anos de exercício das mais diversas funções políticas. Estou profundamente grato aos portugueses por me terem dado a oportunidade e a honra de servir o meu país e os meus compatriotas. Regresso, com orgulho, à honrosa condição de militante de base do Partido Socialista.

Quero dar espaço ao Partido Socialista para discutir livremente o seu futuro e afirmar uma nova liderança, sem qualquer condicionamento. Deixo, pois, a primeira linha da actividade política e não pretendo ocupar qualquer outro cargo político nos tempos mais próximos.

Mas serei, como sempre, cidadão. Cidadão nesta democracia, cidadão de corpo inteiro nesta República centenária. E na nossa República democrática, quem assume plenamente a condição de cidadão estará sempre na vida política.

4.

Todas as lideranças políticas cometem erros e eu terei, certamente, cometido alguns. Mas nunca cometi o erro de não agir e de não decidir. E não cometi o erro de fugir e de virar a cara às dificuldades, isso não.

Ocorrem-me, naturalmente, algumas coisas que porventura poderia ter feito melhor, aqui ou ali. Pelos resultados outros falarão a seu tempo. E o tempo é sempre o melhor juiz da obra realizada. Mas o que vos digo é que não me ocorre nada que os socialistas ou o Partido Socialista pudessem ter feito mais e melhor do que aquilo que fizeram ao meu lado, ao serviço de Portugal!

Ao longo destes seis anos, o Partido Socialista deu tudo o que tinha, honrando a sua identidade e o melhor da sua História. Soube ser, em todas as ocasiões, um Partido solidário, um partido forte, um partido de muita coragem. Coube ao Partido Socialista enfrentar na governação tempos tão difíceis que um dia terão de ser estudados nos livros de História, tal como hoje se estudam outras grandes crises do passado. E fizemos o que tinha de ser feito, sem virar a cara. Tomámos medidas difíceis a pensar no futuro do País e aceitando correr os riscos partidários da impopularidade.

O contexto da crise económico-financeira, porventura, não permite a inteira visibilidade do muito que o país progrediu nestes últimos seis anos. Mas quero dizer ao Partido Socialista e a todos os que me apoiaram nesta campanha eleitoral que podemos ter perdido hoje estas eleições, mas não temos de recear o julgamento da História!

Fizemos juntos um longo caminho. Esta campanha permanecerá como um momento inesquecível da minha vida. Não sei o que mais poderíamos ter

Portugal é fruto da vontade dos portugueses. Portugal é uma nação antiga, forte e capaz, que nunca se vergou nem ao pessimismo, nem à descrença. Os portugueses sempre souberam ser senhores do seu próprio destino olhando para a frente com confiança e com ambição. É dessa confiança e ambição que precisamos, neste momento. É esse Portugal que quero saudar

Quero dar espaço ao Partido Socialista para discutir livremente o seu futuro e afirmar uma nova liderança, sem qualquer condicionamento

Mas agradeço, sobretudo, aos militantes e simpatizantes do PS, que por todo o país saíram à rua para virem ao nosso encontro e fazerem desta campanha uma campanha vibrante

feito para ganhar estas eleições. Esse juízo deixo-o para outros. Cada minuto passado a pensar nisso é um minuto perdido para o futuro. O que sei é que o PS fez, nestas eleições uma grande campanha. Uma campanha muito forte, com muito entusiasmo e com muita mobilização. O Partido Socialista travou, por todo o país, um grande combate pelas suas ideias e pelo seu projecto político.

Quero, por isso, dirigir uma palavra de caloroso agradecimento a todos os socialistas e não socialistas que estiveram connosco, mais uma vez, activos e empenhados nesta campanha eleitoral. Agradeço à organização da campanha, aos dirigentes do PS, aos presidentes das federações distritais, aos nossos autarcas, aos voluntários e à Juventude Socialista, que se afirmou, uma vez mais, como uma garantia de esperança no futuro do PS!

Mas agradeço, sobretudo, aos militantes e simpatizantes do PS, que por todo o país saíram à rua para virem ao nosso encontro e fazerem desta campanha uma campanha vibrante. Tal como quero agradecer aos eleitores que quiseram hoje, com o seu voto, afirmar a sua confiança no projecto do Partido Socialista.

Mas devo uma palavra de especial reconhecimento àqueles que mais de perto, no Partido Socialista e no Governo, me acompanharam desde o início neste projecto exigente mas empolgante e que souberam sempre dar o melhor de si próprios. São pessoas, preparadas e capazes, que fizeram muito pelo Partido Socialista e, sobretudo, pelo país. Estou-lhes eternamente agradecido e quero deixar-lhes um forte abraço, de grande amizade.

5.

Permitam-me que dirija, também, uma palavra de agradecimento aos que me são mais próximos. Como já alguém disse, uma campanha eleitoral é sempre mais difícil para a família do que para os candidatos. Tal como o cargo de primeiro-ministro, por difícil que seja, é sempre mais penoso para os filhos do que para o próprio primeiro-ministro. Espero poder compensá-los agora com o amor de sempre e anos um pouco mais tranquilos.

6.

Caras amigas, caros amigos

Termino este mandato com o sentimento de serenidade interior, de quem enfrentou tempos difíceis dando o seu melhor, até ao limite das suas forças, ao serviço do seu país.

Não perderei um momento que seja a lamentar o que podia ter sido e não foi; ou o que podia ter feito e não fiz. Recordarei, isso sim, o que pude fazer convosco ao serviço de Portugal.

E também não levo nem ressentimentos nem amarguras. Não são essas as companhias que quero para os dias felizes que tenho pela frente.

Esta noite – especialmente esta noite – o meu coração está preenchido. Não há nele outro sentimento que não seja amor ao meu país, amor aos meus compatriotas. E gratidão. Uma profunda gratidão por os portugueses me terem dado a extraordinária oportunidade e a suprema honra de, como primeiro-ministro, poder servir o meu país – que é Portugal. ■

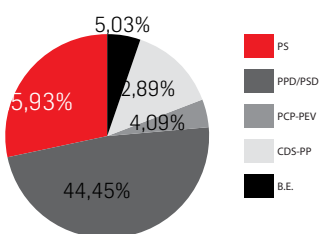
Legislativas impõem viragem à direita

O PSD ganhou as eleições legislativas de 5 de Junho. Reunindo 28% dos votos expressos nas urnas, o PS elegeu 74 deputados à Assembleia da República e enceta agora um novo ciclo político no qual assumirá, com a elevação e o sentido de Estado que lhe são reconhecidos, a responsabilidade de ser uma oposição construtiva e uma alternativa de governação. Nesta edição, o "Acção Socialista" publica os gráficos com os recentes resultados eleitorais.

AVEIRO

DEPUTADOS ELEITOS

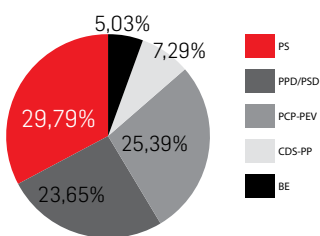
Helena André
Pedro Nuno Santos
Sérgio Sousa Pinto
Rosa Maria Albernaz
Filipe Neto Brandão



BEJA

DEPUTADOS ELEITOS

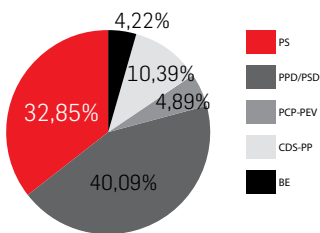
Luís Pita Ameixa



BRAGA

DEPUTADOS ELEITOS

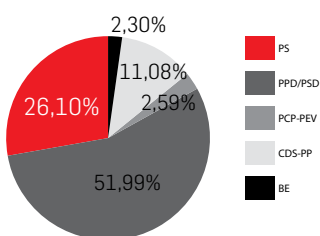
António José Seguro
António Braga
Gabriela Canavilhas
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Sónia Fertuzinhos
Laurentino Dias



BRAGANÇA

DEPUTADOS ELEITOS

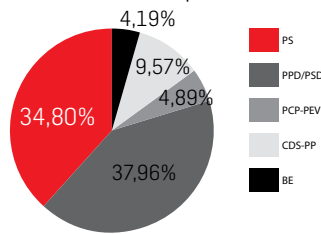
Mota Andrade



CASTELO BRANCO

DEPUTADOS ELEITOS

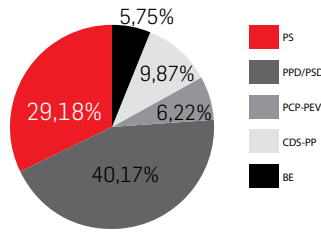
José Sócrates
Fernando Serrasqueiro



COIMBRA

DEPUTADOS ELEITOS

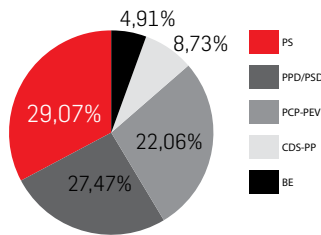
Ana Jorge
Mário Ruivo
João Portugal



ÉVORA

DEPUTADOS ELEITOS

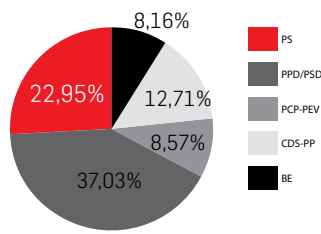
Carlos Zorrinho



FARO

DEPUTADOS ELEITOS

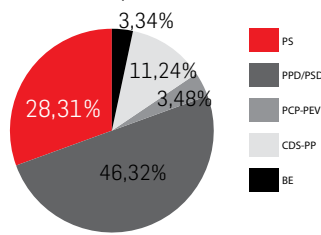
João Soares
Miguel Freitas



GUARDA

DEPUTADOS ELEITOS

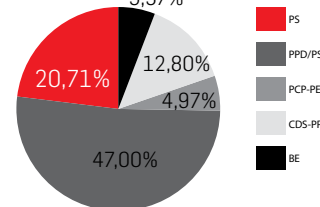
Paulo Campos



LEIRIA

DEPUTADOS ELEITOS

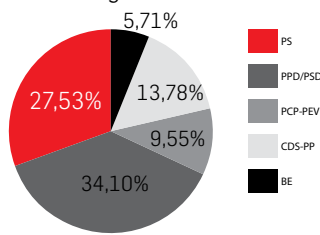
Basilio Horta
João Paulo Pedrosa
Odete João



LISBOA

DEPUTADOS ELEITOS

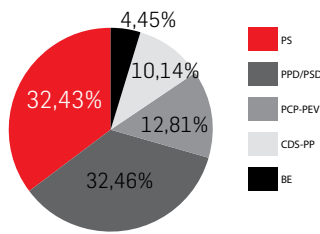
Eduardo Ferro Rodrigues
Alberto Costa
Maria de Belém Roseira
Jorge Lacão
Marcos Perestrello
Inês de Medeiros
Vitalino Canas
Rui Paulo Figueiredo
Isabel Moreira
Miguel Coelho
Pedro Farmhouse
M.ª Antónia Almeida Santos
Ramos Preto
Pedro Delgado Alves



PORTALEGRE

DEPUTADOS ELEITOS

Pedro Marques



PORTO

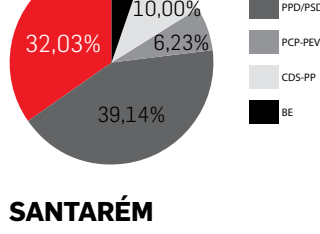
DEPUTADOS ELEITOS

Francisco Assis
Alberto Martins
Isabel Santos
José Lello
Augusto Santos Silva
Ana Paula Vitorino
Manuel Pizarro
Renato Sampaio
Maria Isabel Oneto
Miranda Calha
Manuel Seabra
Luísa Salgueiro

SANTARÉM

DEPUTADOS ELEITOS

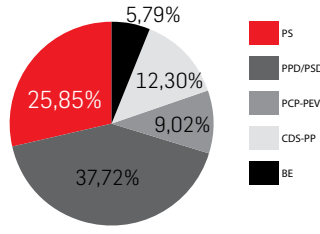
André Figueiredo
Fernando Jesus



SANTARÉM

DEPUTADOS ELEITOS

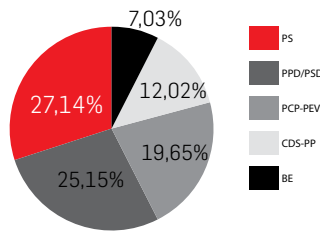
António Serrano
Idália Serrão
João Galamba



SETÚBAL

DEPUTADOS ELEITOS

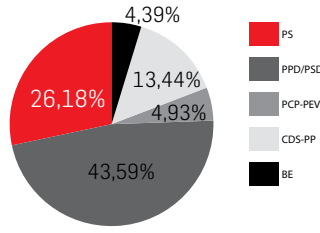
Vieira da Silva
Eduardo Cabrita
Eurídice Pereira
Duarte Cordeiro
Ana Catarina Mendes



VIANA DO CASTELO

DEPUTADOS ELEITOS

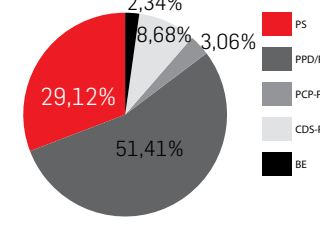
Fernando Medina
Jorge Fão



VILA REAL

DEPUTADOS ELEITOS

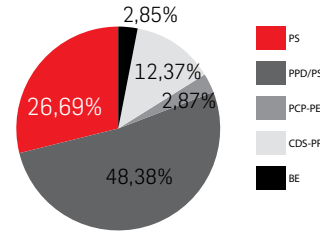
Pedro Silva Pereira
Rui Santos



UIVÉ

DEPUTADOS ELEITOS

José Junqueiro
Elza Pais
Acácio Pinto

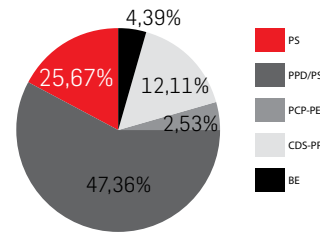


Votação não realizada em duas freguesias: Cabril, Lajeosa

AÇORES

DEPUTADOS ELEITOS

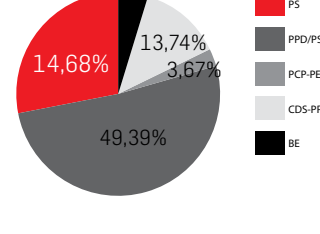
Ricardo Rodrigues
Carlos Enes



MADEIRA

DEPUTADOS ELEITOS

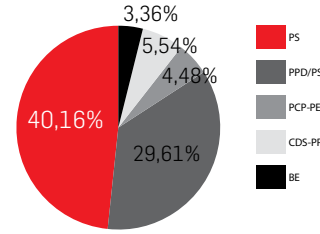
Jacinto Serrão



EUROPA

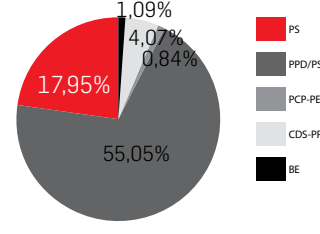
DEPUTADOS ELEITOS

Paulo Pisco



FORA DA EUROPA

SEM DEPUTADOS ELEITOS





Os deputados socialistas elegeram interinamente Maria de Belém para líder da bancada parlamentar do PS, cargo que a ex-ministra da Saúde

do Governo de António Guterres assumirá até à eleição do novo secretário-geral, que terá lugar nos dias 22 e 23 de Julho. Na ocasião, foram ain-

da eleitos os vice-presidentes António Braga, Mota Andrade, Renato Sampaio, Odete João, Ricardo Rodrigues e Sónia Fertuzinhos. ■



O PS não é um partido populista mas tem que ser, como várias vezes o referiu José Sócrates durante a campanha, um grande partido popular. O Partido do Povo.

O VEREDICTO



Carlos Zorrinho

O Partido Socialista completou em 5 de Junho um ciclo de governação que, tendo sido difícil, deixou no entanto marcas indeléveis na modernização do país, na competitividade dos sectores mais modernos da economia, na sustentabilidade do modelo social, nas qualificações das pessoas, das empresas e dos territórios e na capacidade disponível na sociedade para enfrentar os desafios do futuro.

Não obstante termos realizado um ciclo de governação com opções e resultados que nos orgulham em muitas áreas do desenvolvimento económico e social, o veredicto democrático conduziu-nos para uma oposição construtiva e para a preparação duma alternativa consistente para o novo ciclo, na expressão digna e feliz com que José Sócrates marcou com grande elevação a transição necessária.

Preparar a alternativa implica no entanto ler com atenção as razões do veredicto. Não adianta sublinhar a injustiça aparente da escolha, porque o povo é soberano e se assim decidiu é porque fez prevalecer o impacto real da crise na sua vida à mensagem de que esse impacto foi e seria minimizado pelas boas políticas aplicadas com sensibilidade e equidade social nos últimos seis anos e constantes do programa para a nova legislatura.

A esquerda europeia atravessa um momento de exigência e necessária renovação. Em contexto de complexidade os povos querem respostas fáceis e das quais se possam sentir protagonistas. A direita tem sido eficaz nas narrativas populistas, mobilizadoras de invejas e interesses, enquanto a esquerda ainda não construiu um modelo eficaz de envolvimento e compromisso para a mudança.

No caso português foi evidente o esforço titânico do PS para governar para as pessoas, salvaguardar a equidade e a igualdade de oportunidades, proteger o Estado Social e a escola pública, valorizar novas centralidades e novas competências e encontrar respostas ambiciosas para a afirmação global do País.

Governar para as pessoas é, no entanto, diferente de governar com as pessoas. O PS não é um partido populista mas tem que ser, como várias vezes o referiu José Sócrates durante a campanha, um grande partido popular. O Partido do Povo. O partido dos que não se resignam e assumem a vontade de progresso e transformação da sociedade.

Foi esse o veredicto dos eleitores em 5 de Junho. É preciso trazer cada vez mais gente para as nossas causas e para o nosso projecto. Não apenas para o apoiarem, mas também e sobretudo para serem autores da sua concretização. Com isso voltaremos a vencer e connosco vencerá também Portugal. ■

COLUNA DO MILITANTE

Iniciamos no “Acção Socialista” este espaço dedicado à opinião dos militantes. Sempre que possível procuraremos publicar na íntegra os textos que nos são enviados, mas tal possibilidade dependerá do número de caracteres dedicados a esta rubrica. Quando estes excederem o limite previsto, publicaremos os conteúdos que nos parecerem mais relevantes, de acordo com os nossos critérios editoriais. A todos pedimos, desde já, antecipadamente, as nossas desculpas.

ESCLARECER OS PORTUGUESES PARA GANHAR O PAÍS

ARNALDO FRADE

(...) De resto, foi com base nessa responsabilidade que assinámos o memorando de entendimento celebrado com a *troika* em ordem a contribuir para que o país, a viver uma fase difícil, possa encontrar rapidamente os equilíbrios imprescindíveis ao seu crescimento económico, potenciador do nosso desenvolvimento colectivo. Claro está que a nossa responsabilidade na assinatura de tão importante compromisso não poderá deixar de se revelar na criação de entendimentos em sede parlamentar geradores de condições para que os objectivos contratualizados sejam alcançados. Ninguém compreenderia que assim não fosse. Seria o descrédito do PS e o afundar da esperança que corporiza enquanto alternativa política de futuro para tantos e tantos portugueses.

Mas a governação que se avizinha não terá apenas como preocupação cumprir os objectivos constantes do memorando celebrado com a *troika*. (...) É por isso importante que o PS comece, desde já, a pôr em prática um trabalho que se afigura como um dos mais decisivos a curto prazo a par da questão da futura liderança. Esse trabalho consiste em dirigir aos portugueses um esclarecimento pedagógico completo e pormenorizado dos termos do compromisso celebrado com a *troika*. Isso é essencial. O país deve perceber com clareza quais as medidas do futuro governo que se enquadram no cumprimento do memorando e quais as que estão fora dele e se enquadram na agenda neoliberal da governação de direita.

É tão urgente para o futuro governo a sua tomada de posse para dar cumprimento aos novos compromissos internacionais do país, quanto para o PS se afigura urgente esclarecer os portugueses sobre o alcance do seu conteúdo. E não poderá deixar de ser o PS a tomar essa iniciativa de esclarecer o país. Desde logo porque foi o governo PS quem vinculou o Estado português, depois porque se impõe do partido uma postura activa e não reactiva em matéria de interacção e esclarecimento dos cidadãos. Se este trabalho for prontamente levado a cabo, estou em crer que mais depressa do que se poderia pensar, o país compreenderá as diferenças entre a governação do PS e a governação da direita, com o que isso implica no posicionamento do partido rumo aos importantes desafios políticos do futuro. ■



Revista da Concelhia de Lisboa vai já na sua 9ª edição

O 9º número da revista “+ Lisboa”, da responsabilidade do PS/Lisboa, destaca na sua capa as Festas da Cidade que decorreram em Junho. A revista “+ Lisboa”, publicação de carácter político, que surgiu no início do presente mandato da Concelhia do

PS/Lisboa, com o objectivo de divulgar o trabalho desenvolvido pelo município e os autarcas eleitos do nosso partido, realça ainda, neste número, o facto de Lisboa, segundo um estudo da Associação Internacional de Congressos e Convenções

(ICCA), se encontrar no oitavo lugar das cidades do mundo que mais recebem eventos internacionais. Esta e as anteriores edições da revista “+ Lisboa” estão disponíveis para leitura online ou download, no site <http://lisboa.ps.pt>. ■



Decorreu na sede de Santana a edição de Junho do fórum “Às quintas na Sede”, organizado pela Secção de Sesimbra do PS, em que se procedeu à análise dos resultados das legislativas 2011. Uma iniciativa que contou, mais uma vez, com a participação de um vasto conjunto de militantes. Do debate, realizado na se-

de de Santana, destaca-se a preocupação para com os resultados eleitorais nacionais que mostraram uma clara viragem do país à direita, suportada por uma maioria, PSD e CDS, com marcada identidade neoliberal. No que respeita ao conselho de Sesimbra, apesar de uma conjuntura política que se esperava bastan-

te desfavorável, o PS foi o segundo partido mais votado (26%), com uma diferença de apenas 300 votos relativamente ao PSD (27%). Os resultados eleitorais a nível local confirmaram ainda o descontentamento dos eleitores com a falta de soluções credíveis apresentadas pela CDU, força política que foi pouco além dos 15%. ■

César reúne com candidatos a secretário-geral



Uma delegação do PS/Açores liderada por Carlos César reuniu recentemente, na sede nacional do Largo do Rato, com os candidatos à liderança nacional do partido Francisco Assis e António José Seguro. À saída dos encontros,

César afirmou que ambos foram produtivos, pois “permitiram não só obter um compromisso muito sério e preciso dos candidatos à liderança do partido em matérias que dizem respeito às autonomias regionais e, em particu-

lar, aos desafios com que os Açores se confrontam, como também transmitir-lhes o gosto que temos em eles tomarem iniciativas nesse âmbito, mesmo sendo o PS um partido apenas com responsabilidades de oposição”. ■

B R E V E S

SECÇÃO DE SACAVÉM COMEMORA 37º ANIVERSÁRIO

O 37º aniversário da Secção de Sacavém foi assinalado com uma sessão solene, que contou com a presença de cerca de 80 camaradas. Foram oradores João Tiago Silveira, em representação do Secretariado Nacional, Marcos Perestrello, presidente da FAUL, Carlos Teixeira, presidente da Concelhia e da Câmara de Loures, e António Pereira, coordenador da Secção. Nesta sessão foi prestada homenagem a José Leão, presidente de Junta de Freguesia de Sacavém, falecido a 21 Março, através da atribuição do seu nome a uma das salas, e procedeu-se ainda à entrega de lembranças aos camaradas com 25 anos de militância.

FAUL CONVIDA SEGURO E ASSIS PARA UM DEBATE

Marcos Perestrello, em

nome do secretariado da FAUL, propôs aos dois candidatos a Secretário-geral um debate aberto aos militantes da Federação, a realizar em data próxima e a acertar entre as duas candidaturas.

GABINETE DE ESTUDOS DA FAUL RETOMA ACTIVIDADE

Após um período de suspensão devido à campanha eleitoral para as legislativas de 5 de Junho, o Gabinete de Estudos Metropolitanos da FAUL retoma a sua actividade. Entretanto, decorreu já, no dia 28 de Junho, uma reunião do núcleo temáticos “Justiça, Segurança e Protecção Civil”, estando agendado de seguida um encontro sobre “Cultura e Turismo”.

O Gabinete de Estudos Metropolitanos da FAUL, lançado em Fevereiro passado, conta já com a ade-

ção de várias centenas de militantes que participam nos diversos núcleos que se encontram em funcionamento.”

FEDERAÇÃO DO ALGARVE AGENDA CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

Por proposta do seu presidente, Miguel Freitas, a Comissão Política da Federação do PS/Algarve aprovou, por unanimidade, uma moção para a realização de um congresso extraordinário, que deverá ter lugar no próximo mês de Dezembro. “O PS precisa de renovação, tendo em vista as autárquicas em 2013, que devem ser preparadas já a partir do próximo ano”, afirmou o também deputado Miguel Freitas, cujo terceiro mandato à frente da Federação do Algarve só terminaria no final de 2012.

O PS é o Partido da Igualdade, é o partido que mais tem feito em termos políticos e legislativos para uma verdadeira igualdade de género em Portugal

A PARIDADE QUE TEMOS?

OU A PARIDADE

QUE QUEREMOS?



Catarina Marcelino

As eleições do passado dia 5 de Junho trouxeram alterações profundas à composição da Assembleia da República. Hoje, com uma maioria de direita, esta nova realidade reflectiu-se numa diminuição, com significado, do número de mulheres deputadas no Grupo Parlamentar do PS – 18 deputadas num total de 74 deputados/as, o que corresponde a 24,3%.

A verdade é que na elaboração das listas para as eleições legislativas se cumpriu a Lei da Paridade em todos os círculos eleitorais. Esta lei da autoria do Partido Socialista, aprovada em 2006, obriga a um mínimo de 33% de pessoas de um dos sexos nas listas e à aplicação do princípio de que em cada três pessoas não podem estar, consecutivamente, mais do que duas do mesmo sexo.

Contudo, apesar da aplicação escrupulosa da Lei, a rigidez do princípio da aplicação dos 33% de representatividade de um dos sexos, embora bondosa, torna pouco ou nada flexível a presença das mulheres em lugares que, na prática, não lhes estão reservados.

Assim sendo, analisando as listas destas eleições o que se verificou foi o seguinte: Num total de 22 círculos eleitorais, apenas em três deles houve mulheres a encabeçar listas, em segundo lugar só em três distritos surgem mulheres e em muito poucos, não foi seguida, escrupulosamente, nos lugares elegíveis, a lógica tradicional.

As decisões que levaram à elaboração das listas reflectem-se agora, não havendo deputados que transitam para o Governo e havendo menos deputados/as eleitos/as pelo PS, numa diminuição de mulheres deputadas no Grupo Parlamentar, não atingindo 25% dos eleitos/as, o que faz com que o princípio da paridade não se verifique.

O PS é o Partido da Igualdade, é o partido que mais tem feito em termos políticos e legislativos para uma verdadeira igualdade de género em Portugal, mas é preciso que dentro do partido se apliquem alguns princípios mais subjectivos, que passam pelas redes de influência, pela escolhas de protagonistas, pela aplicação do princípio de igualdade de oportunidades, para que a igualdade entre homens e mulheres se torne efectiva dentro da nossa casa.

Estes momentos devem ser de reflexão e é preciso ter coragem para pensar sobre a realidade mas agir em consequência. Não há momento melhor que uma mudança de ciclo, marcada por eleições internas para secretário-geral e pela eleição de uma mulher para líder Parlamentar, não há melhor altura que o momento em que o PSD propõe uma mulher para segunda figura de Estado em Portugal, eleita presidente da Assembleia da República com os votos do PS. ■

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO ↓

portante. Essa é a minha responsabilidade como líder do PS. Apoiaremos os actuais autarcas e trabalharemos com eles, e com as concelhias e federações, na procura de soluções credíveis em cada concelho. Cada militante terá uma palavra a dizer e o seu voto para usar nas escolhas que iremos fazer. Asseguraremos ampla formação para que os nossos candidatos estejam bem preparados na defesa dos interesses das populações. Prepararemos uma agenda política que sublinhe os princípios orientadores daquilo que queremos para as nossas cidades, vilas e aldeias.

Ainda sobre as autárquicas, seremos confrontados com um vasto processo de substituição de autarcas que por via da limitação de mandatos já não se podem candidatar? Concorda com a actual lei de limitação de mandatos autárquicos? Neste processo de escolha de candidatos, revê-se nos actuais estatutos que atribuem a principal responsabilidade na escolha às Comissões Políticas Concelhias?

Isso só mostra a dificuldade do nosso trabalho. Temos que meter mãos à obra o mais rápido possível. Quero fazê-lo ouvindo e recolhendo a experiência dos nossos autarcas que não podem recandidatar-se, em virtude da lei. O PS deve aproveitar a qualidade e a excelência desses autarcas. Conheço-os bem e sei que darão um excelente contributo no futuro do PS e do país. Os nossos autarcas, que estão nessa situação, são todos rostos grandes do PS, travaram no passado batalhas de grande importância e foram determinantes para a história do PS, com uma influência decisiva nas oportunidades de governação que os portugueses nos deram. Eles (os autarcas) são um património político do PS que não será esquecido, desvalorizado ou desperdiçado.

Em Março do próximo ano, o PS terá novos estatutos fruto do debate que iniciaremos em Setembro, ao qual já me referi. Desejo que, também aí, os militantes possam escolher através de primárias os seus candidatos.

Mas esta minha proposta será

objecto de reflexão no debate referido. Não transporto comigo qualquer verdade revelada. Não submeto posições fechadas ao Partido. Quero ouvir os militantes do PS e quero dar-lhes oportunidade para se fazerem ouvir.

Acha que o actual processo de escolha da liderança do PS através de eleições directas é o que mais favorece o debate interno?

Sou favorável ao principio democrático um militante, um voto! E bater-me-ei por ele. Das sessões que tenho feito no quadro da minha candidatura tem havido muito debate e participação. Mas eu não quero debate apenas em vésperas de eleições internas. Eu quero debate político em todos os momentos da vida do nosso partido. Ambiciono uma cultura de participação democrática no interior do PS e vou concretizá-la. É o debate político que fortalece o PS.

Admite a hipótese de regressar aos Congressos electivos?

A minha posição é clara. Sou a favor da manutenção das directas. Mas considero que é um dos temas a discutir por todos os militantes no debate que se vai realizar. Nesse debate não haverá temas tabus. Tudo deve ser debatido. Só assim construiremos um PS vivido e sentido pelos seus militantes.

Pensa abrir um processo de revisão estatutária? Se sim, de que modo se processará esse debate?

No próximo Congresso lançarei esse debate. Terá três fases devidamente calendarizadas: o debate, a proposta e a deliberação. Todos os militantes receberão informação para poderem participar e apresentarem as suas propostas. Aliás, alguns militantes já me enviaram contributos nesse sentido. É um debate que desejo muito participado e que corresponde à cultura democrática do Novo Ciclo.

Tem alguma proposta para relançar o debate político e a militância partidária?

Esta eleição é, por si só, uma oportunidade para o relançamento do debate político e é um momento privilegiado para a militância partidária. As moções globais de estratégia,

o confronto dos projectos políticos e a discussão que terá lugar no próximo Congresso, também através de moções sectoriais, serão integralmente tidos em conta na actuação da próxima direcção nacional, se os militantes me confiarem a responsabilidade de ser o seu secretário-geral. Mas esse será também, como já referi, um tema central do debate que terminará em meados de 2012. Nesta eleição sentimos a importância das redes sociais. Recebi centenas de contributos para a moção a partir dessa presença nas redes sociais. Todos os contributos foram considerados e todos serão entregues ao Gabinete de Estudos (Laboratório de Ideias) para aprofundamento.

Por último, o que o separa do seu principal adversário nesta disputa pela liderança do PS?

Eu sou candidato por vontade própria com o pensamento no futuro do nosso país e no do nosso PS. As minhas diferenças são com Pedro Passos Coelho e com a maioria de direita. E entre mim e o líder do PSD há um oceano que nos separa do ponto de vista ideológico. Eu defendo as funções sociais do Estado e serviços públicos de qualidade, onde nenhum português fique excluído. É aqui que eu vou afirmar as nossas diferenças através da apresentação de uma proposta alternativa de governo. Uma alternativa que conquiste a confiança e o entusiasmo da maioria dos portugueses. Quero para isso envolver os militantes e simpatizantes do PS.

Protagonizo uma candidatura livre, com frontalidade e vontade própria. De e para os militantes. Não faço distinção entre os militantes e conto com a participação de todos. Ao longo dos meus 31 anos de militância no PS, vi e senti a energia contagiante de mulheres e homens socialistas que nunca pediram nada para si, mas que são os primeiros a defender o PS. Aposto na renovação, na capacidade dos jovens e num diálogo permanente com os militantes, não apenas durante processos eleitorais.

Os socialistas conhecem-me e sabem que podem contar comigo. ■

FRANCISCO ASSIS ↓

limitação de mandatos autárquicos? Neste processo de escolha de candidatos, revê-se nos actuais estatutos que atribuem a principal responsabilidade na escolha às Comissões Políticas Concelhias?

Não. Eu julgo que a responsabilidade deve caber aos cidadãos. Devem ser as concelhias e os cidadãos. O que eu proponho é uma alteração do centro de gravidade do poder, que deve passar de estritamente do partido para a sociedade, em articulação, naturalmente, com o partido.

Acha que o actual processo de escolha da liderança do PS através de eleições directas é o que mais favorece o debate interno?

Tive, há alguns anos atrás, dúvidas sobre a eficácia das directas. Hoje não tenho dúvidas quanto ao papel que elas desempenharam no amadurecimento democrático do processo eleitoral no nosso partido. Contudo, penso que este é o momento de darmos um novo passo no sentido de aprofundarmos o espírito que presidiu à introdução das directas.

Admite a hipótese de regressar aos Congressos electivos?

Hoje considero essa hipótese completamente excluída.

Pensa abrir um processo de revisão estatutária? Se sim, de que modo se processará esse debate?

Entendo que nós devemos debater os Estatutos do PS e há áreas em que essa revisão se deve fazer. Nos primeiros meses após

a minha eleição como Secretário-Geral, se tal se concretizar, espero iniciar um processo conducente a uma profunda revisão estatutária do PS.

Tem alguma proposta para relançar o debate político e a militância partidária?

Tenho várias propostas. A abertura do partido à sociedade relançará imediatamente o debate político. É preciso um partido mais activo, mais inteligente. Que discuta mais e melhor. É preciso fazer uma Convenção da Esquerda Democrática no imediato. É preciso criar uma espécie de Estados Gerais Concelhios para que em cada concelhia seja possível discutir com a participação activa de todos os militantes a vida do partido. E é preciso que haja uma maior proximidade entre o secretário-geral e o partido. Eu proponho-me estabelecer essa aproximação.

Por último, o que o separa do seu principal adversário nesta disputa pela liderança do PS?

Somos pessoas diferentes, com características de personalidade distintas. Certamente com visões do mundo, da Europa e do país que têm diferenças. Somos também pessoas com características e vivências que muito nos aproximam. Somos ambos militantes do PS há mais de duas décadas. Temos um percurso comum. Em vários momentos estivemos juntos. Temos naturalmente fidelidade à mesma matriz de princípios e valores políticos. No entanto, sendo muito mais o que nos aproxima, competirá às pessoas avaliar o que nos separa. ■

Ajustamento financeiro com crescimento económico



Nada de substancialmente novo no último Conselho Europeu de Junho, que se preocupou essencialmente com a crise da dívida soberana, com a estabilidade do euro e com a grave situação financeira da Grécia, que poderá vir a ter implicações profundas no futuro do euro e da própria União Europeia.

A evolução da crise grega é uma espada sobre a Europa e, naturalmente, sobre Portugal. Por isso, é uma boa notícia saber que os chefes de Estado e de Governo europeus aprovaram um novo programa de assistência financeira, que deverá rondar os 110 mil milhões de euros, condicionado à aprovação pelo Parlamento grego de um novo plano de austeridade. O contágio da Grécia explica que os juros exigidos a Portugal no mercado secundário tenham continuado a subir de forma expressiva nos últimos dias, fixando um novo máximo histórico acima dos 15%, no prazo a três anos.

Paralelamente, o custo dos seguros contra o incumprimento no reembolso da dívida também subiu para um novo recorde.

Não está em causa a necessidade da consolidação das contas públicas, mas uma coisa é certa: é preciso pôr as economias a funcionar e a criar emprego, possibilitando, desta forma, que os países “ganhem” para poder pagar os juros e a dívida.

A União Europeia não esteve bem em todo este processo. Impôs aos países mais debilitados medidas irrealistas e asfixiantes, que estrangularam a economia, impôs taxas de juro mais altas que o próprio FMI, iso-

lou os países em dificuldades em vez de criar mecanismos globais e solidários, como a emissão conjunta de dívida pública.

Para nós, socialistas portugueses, há uma questão política essencial:

Honrar os compromissos assumidos, sem abdicar dos nossos princípios.

Não está em causa o compromisso com a *Troika*, mas não há uma aplicação automática das medidas acordadas. Existe espaço para o debate e, desejavelmente, para a concertação.

Enganam-se aqueles que não tiverem em conta as perspectivas do PS nessa negociação e mais ainda, aqueles que quiserem aproveitar os compromissos com a *troika* para imporem a sua agenda liberal escondida, que os portugueses por não conhecerem, acabaram por não legitimar.

Em toda esta crise da dívida soberana o papel da Internacional Socialista tem estado aquém do necessário. Importa desenvolver esforços para ultrapassar essa passividade e gerar uma onda alternativa às agendas conservadoras e liberais.

O próprio FMI está preocupado com a incapacidade europeia para resolver uma crise, que se não for contida acabará por contaminar a economia mundial.

É o FMI que recomenda uma “abordagem mais coesa e cooperativa”, dizendo, igualmente, que “mais integração económica e financeira é essencial para uma união monetária dinâmica e estável”.

Em suma, é preciso maior união política, porque mais importante que a crise da dívida é a crise do significado da Europa. ■

Dizia o que pensava, mesmo que dizer assim fosse discordar

ADEUS



José Manuel dos Santos

*“E agora chega a notícia que morreste
E algo se desloca em nossa vida”*

SOPHIA DE MELLO BREYNER

Quase até ao fim, manteve intacta a atenção ao mundo. Acordava na sua doença e saber o que acontecia fora dela era-lhe uma saúde. O tempo do corpo adoecido é um tempo lento e escuro. Durante estes meses, estes dias, estas horas, ele dava e recebia notícias, lia e escrevia mails, consultava sites, ouvia rádio, via televisão e o seu olhar era um astro em rotação e em translação. Às vezes, o quarto, com tantas tecnologias e tantas imagens, parecia uma nave espacial a comunicar com uma Terra da qual a doença o queria distanciar. E, sobre os acontecimentos e o relato deles, havia o seu comentário irónico ou o seu alerta indignado.

O António Manuel dos Santos, camarada e amigo de tantos de nós, aproximava-se das pessoas com o rosto aberto. Tornar felizes os outros era a primeira forma da sua felicidade. Não era essa uma felicidade abrupta ou tumultuosa, mas estável e clara. Ele era o centro de um círculo. Gostava de juntar gente, de receber, de cozinhar, de comer, de conversar, de rir, de conviver (viver com), de comungar (pôr em comum). Na sua casa, todos os amigos moravam. Quando, nestes tempos terríveis em que permaneceu crucificado na cruz do seu próprio corpo, um amigo ia até ele, o peso da sua doença tornava-se mais leve e a sua tristeza sorria numa alegria breve. No último dia em que ainda teve consciência de si, olhou para os que o acompanhavam e, à frente da luz recuada desse olhar de despedida, havia a grande sombra de não poder continuar connosco. Na Bruxelas da sua agonia, as avenidas pareciam irreais. Durante este fim, eu vim à rua respirar; caí sem saber como, e parti o ombro. Percebo, hoje, que foi contra a pedra da sua morte que o parti.

Em Julho do ano passado, o António Manuel soube que tinha um tumor no cérebro. Foi o início de uma guerra que não podia vencer. Mas a sua vontade de combate foi uma vitória derrotada. Nesse dia-a-dia que tem sempre

qualquer coisa de medieval, ele vestia uma armadura de coragem e, com a força do guerreiro, lutava contra todos os monstros que se atiravam ao seu corpo. Cavaleiro da sua lucidez, não se iludiu com uma redenção falsa e não se desiludiu com uma rendição prematura. Como eu disse numa crónica que escrevi em Outubro, e que ele tanto gostou de ler, fez da doença uma ética, porque a ética é estarmos à altura do que nos acontece.

O António Manuel nasceu e viveu na Rua de S. Marçal, ao Príncipe Real, em Lisboa. O pai trabalhava n’ “O Século” e ele começou também lá, como quem continua uma tradição familiar. Mais tarde, depois de o jornal ter fechado, foi para a RDP. Conheci-o quando, em 1983, fez a cobertura da campanha eleitoral do PS. Logo a seguir, foi convidado para assessor no Governo e o jornalismo fez-se-lhe política: no PS (com Almeida Santos, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio), no “Acção Socialista”, na Presidência da República (com Sampaio), na última campanha presidencial de Mário Soares, no Parlamento Europeu (com António Costa, Manuel dos Santos, Edite Estrela).

Ele era aplicado no trabalho, obstinado na vontade, independente no juízo, leal no trato. Dizia o que pensava, mesmo que dizer assim fosse discordar. Foi um homem de bem consigo e com os outros. Grande, louro e risonho, era justo, alegre, colérico, convicto, concreto, fraterno. Gostava da vida, da família, dos amigos. Adorava casas grandes, charutos, vinhos, petiscos, gadgets tecnológicos, cinema, gatos e cães, jogos electrónicos, viagens, outras terras e outras línguas. Gostava do mar e odiava a areia. Estou a vê-lo, na praia, a nadar ao longe. Agora, flutua, sorri e acena com a mão, dizendo-nos adeus. A sua morte é esse adeus dirigido a uma terra de onde o olhamos, sabendo que o seu mar um dia também será o nosso. ■

Vaga de adesões ao PS depois das legislativas

O resultado das legislativas está a suscitar uma expressiva adesão de novos militantes ao PS, de norte a sul do país, na sua maioria jovens e mulheres.

O "Acção Socialista" foi ouvir alguns destes novos militantes, que têm como traço comum a vontade de contribuírem com a sua acção cívica e política para o reforço do nosso partido e o combate pelos valores do socialismo democrático.



EUNICE MARIA BARROSO

Administrativa, 24 anos
Secção Ramada

Inscrevi-me no PS porque achei que agora era a altura certa para me tornar militante e, assim, poder contribuir, com as minhas convicções e trabalho, para o reforço do partido com que sempre me identifiquei, nesta hora difícil. Afinal, ser militante do PS é acreditar no futuro de Portugal e nos valores e princípios do socialismo democrático.



ANA FILIPA CARVALHO

Desempregada, 22 anos
Secção Ermesinde

O facto de a direita ter ganho as eleições legislativas de 5 de Junho foi o principal impulso que esteve na origem da minha inscrição no PS, partido de que sempre fui simpatizante. Mas, o facto de estar neste momento desempregada permite-me ter também bastante tempo para fazer uma militância muito activa.



JOANA SOUSA REIS

Estudante universitária, 20 anos
Secção Ermesinde

Aderi ao PS para poder estar mais informada e esclarecida e dar também o meu contributo cívico e político. Apoiei a acção de José Sócrates na área da educação, que considero a base de tudo. Esta prioridade da governação socialista ao longo de seis anos foi muito importante para construirmos um futuro melhor, com mais e melhor qualificação dos portugueses, condição fundamental para o progresso económico.



ELSA MATOS SEVERINO

Arquitecta paisagista, 51 anos
Secção Fátima

A razão da minha filiação no PS neste momento nada tem a ver com a saída de José Sócrates, antes pelo contrário, mas porque achei que é nos momentos difíceis que é preciso tomar uma posição. Na minha condição de militante posso contribuir de uma forma mais activa neste combate contra esta maioria sólida de direita. Na minha opinião, o PS deve ter uma estratégia clara e assertiva de conquista das pessoas que, por diversos motivos, se foram afastando.



RUI MANUEL LOPES

Bombeiro, 41 anos
Secção Monchique

Sempre fui simpatizante do PS, colaborei em várias campanhas. E agora, neste difícil momento para o partido, achei que sendo militante poderia colaborar de uma forma mais activa. O meu objectivo também passa por poder fazer-me ouvir, expressar os meus pontos de vista, junto das estruturas do PS a nível local.



LÍGIA SANTOS CORREIA

Assessora de Imprensa, 46 anos
Secção São João

Tenho orgulho da acção desenvolvida pelo Governo socialista e, em particular, por José Sócrates, neste tempo de dificuldades. Numa altura em que o PS perdeu as eleições legislativas, os tempos que se aviznam são difíceis e, neste contexto, os cidadãos devem empenhar-se de uma forma ainda mais consistente na vida política. Por isso, aderi a um partido que sempre foi o meu.



FÁTIMA FILIPA BAIONA

Engenheira agrónoma, 28 anos
Secção Portimão

O PS sempre foi o meu partido. E agora senti a necessidade de me inscrever, de forma a estar integrada no partido, e assim poder participar, receber notícias e informações. No fundo, como militante pretendo ter uma voz mais activa de forma a conseguir expressar os meus pontos de vista e contribuir para um PS mais forte.